



A memória na perspectiva dos múltiplos Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino



<https://doi.org/10.56238/levv15n39-150>

Vinicius Fonseca-Nunes

Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: vinicius.fnunes@gmail.com

RESUMO

As memórias abarcam a mais diversas experiências individuais e coletivas, resguardando um grande rol de experiências, registradas pelos fatos, momentos, eventos, conhecimentos e até pelos sonhos vivenciados, de modo que a nossa forma de utilizar estas memórias está diretamente ligada à nossa relação com o mundo, com o nosso aprendizado e com a nossa percepção particular. Ao tratar da memória, Platão se vale da ideia de um bloco de cera presente na alma de cada indivíduo, onde estão impressas certas imagens, que não são as mesmas para todos. Para Aristóteles não a memória, mas o trabalho da memória é que nos distingue dos demais animais, aquilo que ele denomina de revocação. Do ponto de vista de aristotélico, apenas os seres humanos têm a possibilidade de fazer a revocação. Santo Agostinho trata de um espaço que ele denomina como “palácios da memória”, fazendo a referência de que o espírito é a própria memória do ser humano. Santo Tomás de Aquino considerou que o objeto da memória seria o passado, de modo que a memória seria particularmente, para ele, uma potência sensitiva interna e, também, uma potência intelectual. De fato, pode-se afirmar que a memória, que também cria a nossa identidade, é vivida e vivenciada de forma muito peculiar no interior de cada subjetividade humana.

Palavras-chave: Memória, Antiguidade Clássica, Era Medieval.



1 INTRODUÇÃO

A memória é o essencial, visto que a literatura está feita de sonhos, e os sonhos fazem-se combinando recordações.
Jorge Luis Borges

Com a memória não se dá o conhecimento, mas a recordação do que já se conheceu. Assim, sem a presença atual, sensível e concreta de um objeto, podemos recordá-lo e mesmo reproduzi-lo por meio de qualquer potência humana, como por meio da arte, como na pintura, na música, ou como por meio do conhecimento, na ciência de um modo geral e na história de um modo particular, já que esta última é por excelência ciência recordativa.
Paulo Faitanin

A temática Memória é multimodal e multifacetada. Conforme Le Goff (2003, p. 471): “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Segundo Halbwachs (2006, p. 100-101), “quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, [...] então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem”. Essas são apenas duas das diferentes maneiras, duas das diferentes perspectivas contemporâneas de pensar a memória. Se fizermos um trajeto dos gregos aos contemporâneos, reafirmaremos o caráter multimodal e multidisciplinar da memória que justifica muitas teorias da Memória.

Neste artigo, entretanto, apresentamos um recorte de estudo de cunho teórico e de tipo bibliográfico sobre a memória em Platão e Aristóteles, de um lado; e em Agostinho e Tomás de Aquino, de outro lado, indicando, em certa medida, que o maior pensador da patrística e o maior pensador da escolástica, pensadores medievais, foram influenciados pelos dois filósofos gregos.

2 A MEMÓRIA EM PLATÃO E ARISTÓTELES

De acordo com Changeux (citado por Jacques Le Goff, 2003, p. 420): “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”. Dito isto, numa reconstituição do significado e dos vestígios da memória na Antiguidade, salvaguardando a história pela escrita, Le Goff (2003, p. 433) pontua que “os gregos da época arcaica fizeram da memória uma deusa, Mnemosine”. Para os gregos, segundo o autor, a referida deusa presidia a lírica e fazia os homens recordarem dos altos feitos dos heróis da mitologia. Assim, pode-se dizer que para os antigos gregos a memória era algo sagrado, um privilégio de apenas alguns homens, de sorte que o poeta (ser dotado de memória) era aquele que podia entrar em contato com o mundo dos deuses e vislumbrar a “mágica” do eterno.



Esta temática pode ser conferida no diálogo platônico entre Sócrates e Teeteto¹, onde, conforme escreveu Platão (427-347 a.C.), os órgãos humanos seriam instrumentos de captura de impressões que seriam interpretadas pela alma, e dentre estes órgãos estaria a memória, a qual era comparada a um bloco de cera, dádiva da deusa Mnemosine, que poderia ter qualidades diferentes, sendo de melhor ou de pior qualidade, mais dura ou mais mole, mais pura ou mais impura.

Esta dádiva de Mnemosine, a memória, para Platão, na obra “Teeteto”, teria tamanha importância que chegaria, até, a definir a capacidade de julgamento e de discernimento do indivíduo para com os fatos da realidade. Assim, para o filósofo grego, aqueles que possuísem cera no bloco de consistência adequada teriam boa memória, impressões claras e opiniões corretas e sábias [como, talvez, numa impressão nossa, as opiniões sábias de algum dos personagens (filósofos) que se encontram dentro da obra “Scuola di Atenas” do renascentista Rafael Sanzio], e aqueles que, opostamente, possuísem cera no bloco de consistência inadequada não teriam impressões claras, nem opinariam corretamente, sendo ignorantes (como, quiçá, numa interpretação nossa, idem, o personagem demasiadamente néscio da obra “Laughing Fool” do pintor Jacob Cornelisz van Oostanen).

No diálogo de Teeteto com Sócrates, portanto, Platão tratou da memória em diferentes condições, de acordo com as impressões que seriam deixadas no bloco de cera. Conforme o próprio autor, *in verbis*:

Quando a cera que está na alma de alguém é não apenas densa, mas abundante e lisa, com a consistência adequada, o que vem através das percepções grava-se neste Coração da alma. Como Homero lhe chama de modo enigmático, referindo-se à semelhança com a cera. Neste momento, os sinais se tornam puros nestas pessoas e têm suficiente densidade para chegarem a ser duradouros. Quantos são deste tipo têm, em primeiro lugar, facilidade em aprender, em segundo, boa memória, e, em terceiro, não desviam os sinais das suas percepções, mas têm opiniões verdadeiras. Com efeito, dado que os sinais são claros e bem espaçados, distribuem-nos rapidamente em cada uma das impressões, às quais, sem dúvida, se chama coisas-que-são. E estas pessoas são chamadas sábias.

E na mesma obra, Platão, pelo argumento de Sócrates, sustentou que, *ipsis litteris*:

Os que têm a sua cera hirsuta e áspera, como se fosse de pedra, repleta de terra, ou de sujidade mesclada com ela, têm impressões sem clareza. Os que a têm dura também têm as impressões sem clareza, pois têm-nas sem densidade. E os que a têm líquida, por sua vez, também carecem de clareza, pois, por ação da fusão, rapidamente se tornam confusas. E se, além de tudo isto, as impressões caírem umas em cima das outras, devido à falta de espaço, e, se a alminha de uma pessoa é pequena, são ainda mais carentes de clareza do que aquelas. Por conseguinte, todos estes são os que chegam a opinar falsidades, pois, quando vêem, ouvem ou pensam algo não são capazes de distribuir com rapidez a impressão a cada coisa e são lentos. E, ao distribuírem o que corresponde à outra, não só vêem mal, como ainda por cima ouvem e pensam mal, na maior parte das vezes. Estes são os que não só se encontram na falsidade, a respeito da realidade, como são chamados de ignorantes.

¹ PLATÃO. Diálogos I, 1999, p. 54

No Teeteto, Platão faz uso da metáfora de um bloco de cera para falar da memória e mostrar que há um bloco de cera em nossas almas. A cera não é nem tão fluída quanto a água, que não permite reter, e nem tão dura quanto o ferro, que não permite marcar.

Platão estabelece, ainda, a diferença entre memória e reminiscência, entre memória natural e memória artificial, que é uma recordação voluntária reforçada, por meio da metáfora do aviário: no aviário da memória, possuir ciência é dispor do pássaro em seu aviário; ter ciência é segurar o pássaro nas mãos.

Ocorre que, ainda na Grécia Antiga houve a laicização da memória e o nascimento da mnemotécnica, deixando a mesma de ser percebida, meramente, como um dom divino. Neste âmbito, de acordo com Yates (apud QUADROS; FONSECA-SILVA, 2016, p. 65): “Simônides de Ceos (cc 556-468 a. C), poeta famoso em seu tempo, foi o “inventor” da memória – na verdade, ele parece ter compilado de alguma forma técnicas antigas e que vinham sendo ensinadas de maneira oral até então”. Sobre isto, afirma Le Goff (2003, p. 435) que a “laicização da memória combinada com a invenção da escrita permite à Grécia criar novas técnicas de memória: a mnemotecnia. Atribui-se tal invenção ao poeta Simônides de Céos”.

Diante disto, Simônides para Le Goff (2003, p. 436):

Fixava assim dois princípios da memória artificial, segundo os antigos: a lembrança das imagens, necessária à memória, e o recurso a uma organização, uma ordem, essencial para uma boa memória. Simônides acelerou a dessacralização da memória e acentuou o seu caráter técnico e profissional, aperfeiçoando o alfabeto e sendo o primeiro que se fez pagar pela sua poesia.

No contexto da Grécia Antiga, ainda, com a marcante figura do filósofo Aristóteles (384-322 a.C.), discípulo de Platão, no que tange à memória, considerou-se, a questão da reminiscência na obra memória e reminiscência (*De memoria et reminiscencia*), preservada entre os *Parva naturalia*. Para ele, o futuro não pode ser objeto da memória pois representa conjectura e expectativa. O presente não pode ser objeto da memória, pois nele há apenas percepção-sensorial. Ele discute o lugar da memória dentro da hierarquia das capacidades da alma, dos objetos da memória e da distinção entre memória e rememoração. Localiza a memória na parte sensível da alma e a associa intimamente a duas operações centrais da faculdade sensível: a imaginação e o chamado senso comum.

Na distinção entre memória e recordação, operada por Aristóteles, a primeira é uma faculdade que não só os humanos, mas também vários animais possuem e que consiste na retenção, armazenamento e recuperação de sensações em resposta a certos estímulos. Em contraste, a rememoração é uma capacidade confinada aos humanos, pois é uma espécie de busca deliberativa por informações que se sabe ter adquirido antes, um tipo de raciocínio (silogismos) baseado em certas premissas e levando a uma conclusão.

Aristóteles tratou da reminiscência de forma distinta da forma tratada por Platão. Para este, a reminiscência estaria relacionada ao idealismo de uma lembrança vaga do que vislumbramos antes de nascer. Conforme as próprias palavras de Platão (1999, p. 60):

Suponhamos que, tendo-o adquirido antes de nascer, ao nascer o perdemos, mas, depois, usando os sentidos em relação àquelas coisas, readquirimos os mesmos conhecimentos que em época anterior possuíamos; nesse caso, o que chamamos aprender não seria readquirir um conhecimento já nosso? Quando damos a isso o nome de reminiscência, não estamos acertando? (PLATÃO, 1999, p. 160)

Ricoeur, a este respeito, pontua que Platão ligou a reminiscência ao mundo das ideias e a mitificou “ligando-a a um saber pré-natal do qual estaríamos afastados por um esquecimento ligado à inauguração da vida da alma num corpo” (RICOEUR, 2007, p. 45-46). Enquanto isto, Aristóteles afastou-se desta relação, referindo-se à reminiscência como algo aprendido na vida natural.

À vista disto, pode-se afirmar que Aristóteles, apesar de ter herdado de Platão grande parte de sua bagagem intelectual, desenvolveu a sua concepção de memória e de recordação através de uma questão mais relacionada com a experiência prática vivida. Neste tocante, Ricoeur (2007, p. 36) ressalta que: “diferentemente do Teeteto, que situava a impressão “nas almas” - com o risco de tratá-las como entidades impregnáveis -, Aristóteles associa o corpo à alma e elabora, sobre esta dupla base, uma rápida tipologia dos efeitos variados de impressões”.

Sob esta tela de princípios, por conseguinte, é que Aristóteles relaciona a questão da memória à tônica da experiência no mundo real, numa feição tão verossímil, tão clara, como a percepção da realidade numa obra do hiper-realismo (como, quem sabe, a imagem de si, em “Self Portrait”, do chileno Cláudio Bravo), como se segue:

É a partir da memória que os seres humanos adquirem experiência, porque as numerosas lembranças de uma mesma coisa acabam por produzir o efeito de uma única experiência. A experiência parece muito similar à ciência e à arte, mas a realidade é através das experiências que os seres humanos obtêm ciência e arte, pois como diz acertadamente Pólo, “a experiência produz a arte, mas a inexperiência, acaso (ARISTÓTELES, 2006, p. 43-44).

Feitas as devidas considerações sobre a presença da memória na Grécia Antiga (em Platão e em Aristóteles), passaremos agora a tratar da memória em dois expoentes da Idade Média, os quais foram muito influenciados pelos filósofos gregos, a saber: Agostinho e Tomás de Aquino.

3 A MEMÓRIA EM AGOSTINHO E TOMÁS DE AQUINO

Como seus antigos predecessores, os filósofos medievais também tentaram responder questões relacionadas à memória. Neste bojo, é necessário ressaltar, desde logo, que, de acordo com Le Goff (2003, p. 438), na Idade Média a memória coletiva sofreu profundas transformações, posto que o essencial naquele período passou a existir com base na difusão do cristianismo como religião e como

ideologia dominante, dominando inclusive o campo intelectual. O domínio do cristianismo, na Idade Média, para Le Goff, contribuiu para a preservação da memória, justamente por ser uma religião de recordação.

. Agostinho de Hipona (354-430 d.C), expoente da Patrística na Idade Média, muito se aproximou das obras filosóficas de Platão (inserindo-se no cerne do pensamento neoplatônico), defendendo a fé cristã e refutando, no contexto de sua época, o paganismo. No campo da memória, que é o que nos interessa para este trabalho, pode-se dizer que Agostinho (nas suas Confissões) se colocou como um explorador, um “investigador” de um lugar imenso onde poderia haver, até esconderijos secretos. Destarte, escreveu Agostinho:

Chego agora aos campos e às vastas zonas da memória, em que repousam os tesouros das inumeráveis imagens de toda a espécie de coisas introduzidas pelas percepções; em que estão também depositados todos os produtos do nosso pensamento, obtidos através da ampliação, redução ou qualquer outra alteração das percepções dos sentidos, e tudo aquilo que nos foi poupado e posto à parte ou que o esquecimento ainda não absorveu e sepultou. Quando estou lá dentro, evoco todas as imagens que quero. Algumas apresentam-se no mesmo instante, outras fazem-se desejar por mais tempo, quase que são extraídas dos esconderijos mais secretos (AGOSTINHO apud LE GOFF, 2003, p.440).

No Livro X das Confissões, Agostinho fala dos "palácios da memória", das cavernas da memória. Assim, quanto ao questionamento de como pode algo que não entrou pela porta dos sentidos ser armazenado na memória, como conceitos, números, Agostinho dá a mesma resposta que Platão: essas noções estavam escondidas em nossa memória desde o nosso nascimento, logo, não sabemos, reconhecemos. Ele diz que "uma coisa é pensar no meu pai, que vi muitas vezes, e outra é pensar num antepassado que nunca vi. [...] O primeiro pensar acha-se na memória, o segundo numa certa moção da alma nascida daquilo que a memória contém."

As Confissões mostram que Agostinho dialogou com a profundidade de seu “Eu” e que ele tratou da memória como espaço, como lugar, considerando que cada sentido seria uma “porta de entrada” da alma, podendo as coisas estar na memória por imagem ou nelas próprias. Na obra agostiniana fica claro que a memória é não só entendida como um depósito, mas, também, como uma espécie de solo, de espaço sobre o qual o eu habita.

Agostinho, com tal natureza de pensamento chegou, de forma idealista, a alçar a ideia de que para se chegar a Deus (e, logo, para se alcançar uma vida feliz) seria necessário ir além dos sentidos. Perante este entendimento, Étienne Gilson (2010, p. 202) explicou que, em Agostinho:

A alma se empenha em buscar a sua própria natureza, não porque esta lhe seja desconhecida, mas, presente e confusamente conhecida, entre inúmeras sensações que camuflam a sua verdadeira natureza, ela simplesmente busca melhor se conhecer, ou mesmo melhor se discernir. Tal desejo de se conhecer implica não só a presença da alma em si mesma, mas a presença da verdade última. Para provar a existência desta presença é que Santo Agostinho recorre à memória.

Conforme Quadros (2016), Agostinho associa a verdade a Deus e alega que a: “a memória é uma faculdade espiritual que reconhece a Deus como um ser transcendente”, o qual habitava dentro dele mesmo e que estaria, também, acima dele, sendo a alma um lugar, idem, carente de purificação pelo Ser divino. Quadros, mencionando Barros, pontua que Agostinho “estava em oposição às ideias de Aristóteles”:

Santo Agostinho havia rejeitado a antiga tese grega (reencaminhada por Aristóteles) de que o tempo correspondia a um “movimento dos astros”, e introduz a noção de que “o tempo é interior, passando-se na alma”, o que o permite impactar esta alma humana com uma tripla presença: do Passado, através da Memória; do Presente, através da Visão; e do Futuro, através da Espera (ou da “expectativa”). Esta experiência do tempo corresponde a uma profunda vivência humana, mas ao mesmo tempo trata-se de uma experiência não comunicável, porque está impregnada de subjetividade (BARROS, 2012, apud QUADROS, 2016. p. 6).

Para ele, Deus é um conteúdo da memória, fundante e suficiente. O primeiro constitutivo da memória é Deus: “Quanto divaguei pela minha memória à Vossa procura, Senhor! E não foi fora dela que Vos encontrei. E nada de Vós encontro de que me não lembre, desde que Vos conheci. Porque desde que Vos conheci, não me esqueci de Vós” (AGOSTINHO, 397/2004).

Neste íterim, em conformidade com Le Goff (2003), Agostinho deixou como legado, inclusive, uma adaptação cristã da teoria retórica antiga sobre a memória. E, além de penetrar profundamente no homem interior, ele o fez, no seio de sua inquietude cristã, “procurando Deus no fundo da memória”, como pode ser visto abaixo:

Mas onde estás em minha memória, Senhor, onde é que nela estás? Que habitáculo fabricaste para ti? Que santuário edificaste para ti? Tu concedeste esta honra à memória, a de permanecerdes nela, mas em que lugar dela permaneces é o que estou a considerar (AGOSTINHO, 397/2004).

Quanto a Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.), conhecido como o príncipe da escolástica (filosofia posterior à patrística, que buscava explicar racionalmente a existência de Deus, da alma, do céu e do inferno, e as relações entre homem, razão e fé, afastando-se substancialmente do platonismo e do agostinianismo), ele muito se aproximou da filosofia grega de Aristóteles, introduzindo-a na filosofia medieval. E, como é sabido, em boas condições Tomás de Aquino teceu comentários importantes sobre a obra do filósofo grego, inclusive no que tange à memória.

Em concordância com Aristóteles, Tomás de Aquino considerou que o objeto da memória seria o passado, de modo que a memória seria particularmente, para ele, uma potência sensitiva interna e, também, uma potência intelectual. Ele, pois, definiu ser a memória aquela que ordena e que também, retém as formas sensíveis, como recordar os fatos passados. E a memória (imiscuída de capacidade cognitiva) identificada no homem, para ele, teria a capacidade de julgar informações advindas dos sentidos, comparando e criando representações imagéticas individuais.

Desse modo, segundo Sueli de Oliveira Castro (2017, p. 39):

Tomás mostra a reminiscência como um potencial no ato do memorizar, capaz de por associação, buscar o que está oculto na memória. Contudo, se por um lado, é a imaginação o critério para a memória, por outro lado, o pensamento é a forma de expressão do que foi conservado na memória.

Dessarte, Tomás de Aquino, concordando com o pensamento aristotélico, escreveu (na obra “Comentário sobre a memória e a reminiscência de Aristóteles”) que: “sempre, pois, que a alma age pela memória, como antes foi dito, simultaneamente sente isso que antes viu, ou ouviu, ou aprendeu; mas o antes e o depois pertencem ao tempo” (2016, p. 52).

Tomás de Aquino, pode-se dizer, então, sintetizou o pensamento helênico e o pensamento cristão, apoiando-se firmemente no pensamento aristotélico, concluindo, de forma bastante pragmática, que, no contexto da realidade natural, a inteligência humana seria a única forma de se alcançar a verdade. Neste sentido, assinalam Veiga e Faitanin (2016, p. 20-21) que em Tomás de Aquino:

O intelecto além de adquirir por percepção, apreensão e aprendizado de algo, pode conservar o que apreendeu e aprender algo, inclusive, recordar prescindindo totalmente da presença do objeto. Assim, mostra a reminiscência que o intelecto, potência espiritual cognitiva, possui como parte integrante a memória.

E, quanto ao mais, como fato de relevante importância, segundo Spence (apud SMOLKA, 2000, s/n):

Foi o próprio Tomás de Aquino quem implantou solidamente a idéia de que os sistemas de memorização faziam parte da ética, sendo mais que meros componentes da retórica... Em seus comentários sobre Aristóteles, Aquino observou a importância das similaridades corpóreas ou imagens da memória sob forma física para impedir que coisas sutis e espirituais escapassem da alma... reforçava seus argumentos a favor do uso de sistemas de lugares-na-memória... (SPENCE 1986, p. 31, apud SMOLKA, 2000, s/n).

Desse modo, em Tomás de Aquino, como parte da doutrina escolástica, a memória passou a ser debatida, inclusive, como parte da prudência e acabou se deslocando para a seara da ética, estando intimamente ligada, também, às regras da memória artificial, numa perspectiva de retomada de aspectos da arte de Simônides de Céos. A memória, dentro da esfera intelectual das proposições deste filósofo medieval da escolástica, portanto, revelou-se, ainda, como um dos fundamentos da prudência e, por consequência, um dos constituintes da retidão do agir humano. Sobre estes aspectos, pois, afirma Oliveira (2007, s/n) que:

Ao tratar da questão da Virtude da Prudência, Tomás de Aquino destaca o fato de que o esquecimento pode interferir na prudência na medida em que os homens se esquecem de como deveriam agir e esse esquecimento pode, muitas vezes, ser prejudicial à sociedade. Nesse

sentido, a permanência da memória é algo fundamental para a sociedade, pois indicaria o conhecimento que os homens têm de si mesmos ou, em oposição a isso, o desconhecimento que eles têm da sua história, das suas leis e do seu passado.

Sob o prisma do conteúdo apresentado, por derradeiro, deve-se frisar que o pensamento de Tomás de Aquino tomou grandes proporções no pensamento medieval de sua época (por meio da escolástica), assumindo destaque no mundo universitário de seu tempo, mormente no que tange à filosofia e à teologia. Numa comparação de contextos distintos, mas de resultado eficaz, pode-se dizer que tanto quanto uma pintura impressionista buscava retratar os efeitos da luz solar sobre a natureza, Tomás, com a retomada dos conceitos aristotélicos, lançou luz sobre a sua obra tentando demonstrar que poderia haver compatibilidades entre a natureza do real natural e do real teológico, recorrendo à racionalidade, valorizando a inteligência humana, e revelando ser a razão e a fé adicionais e não supressórias.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se dizer que, conforme Quadros e Fonseca-Silva (2016, p. 83), “se Platão não trata do tempo e deixa a memória quase que confundida com a imaginação, Aristóteles acredita que só pensamos por imagens e coloca a memória como resultado dessa retomada no pensamento das imagens no tempo.”

Aristóteles, pois, pensador tido como realista, desenvolveu a sua obra, em diversas tomadas de pensamento, de forma oposta ao pensamento platônico. Em Platão, a memória diz respeito à manutenção de um traço na alma, de uma lembrança impressa (uma lembrança pré-natal), enquanto em Aristóteles os sentidos são importantes para a construção do conhecimento, de modo que a partir das sensações é que seriam criados os registros na memória (possibilitando, daí, raciocinar e ganhar experiência). Para Aristóteles, a memória está dentre os processos do nosso intelecto, estando nele envolvido toda a capacidade do conhecimento humano.

Para Agostinho a memória seria um lugar passivo onde depositamos as coisas do passado e as retiramos quando desejamos, mas que, também, teria, de alguma maneira, uma função além de depósito, pois, para ele, ela seria, outrossim, um elo de ligação entre o homem e Deus. Agostinho, em suas Confissões, nos convidou a explorar a memória com a convicção de que para se chegar a Deus seria necessário ir além dos sentidos humanos, sendo necessário ultrapassar, pela própria alma, as energias naturais, alcançando o domínio dos “vastos palácios da memória”.

Consoante Dusilek (2013, s/n), na obra Confissões Agostinho “faz uma interpretação cristã da concepção platônica da reminiscência como uma lembrança do mundo das idéias. Para ele, a memória pode ser concebida como vastos palácios onde estão os tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de todas as espécies”.



A memória, *idem*, teve papel fundamental na obra de Tomás de Aquino (o qual teve como mérito condensar a visão cristã com a visão aristotélica do mundo), sobretudo no que tange à difusão da cultura da escolástica (e, por consequência, do cristianismo daquele tempo). O filósofo da escolástica dedicou-se a sincronizar o pensamento helênico grego e o pensamento cristão, apoiando-se, de forma veemente, no pensamento aristotélico, fazendo uma releitura do mesmo e reforçando a capacidade da inteligência humana e da razão (incluindo a capacidade da reminiscência). Tomás, no interior de sua obra, destacou a memória como uma potência da natureza intelectual humana, a qual poderia direcionar o ser humano positivamente em seu agir no mundo e, conseqüentemente, na sociedade.

Por fim, faz-se mister dizer que a memória, e o seu estudo, tem interessado aos estudiosos e aos pensadores há vários séculos, desde os antigos gregos até o tempo presente, gerando várias e distintas teorias da memória, porque a nossa forma de ver o mundo, e de viver no mesmo, está intimamente ligada com o aprendizado de como a memória deve ser utilizada. Nesta conjuntura, as contribuições de autores clássicos, como Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino, são de fundamental importância, porque permitem uma série de reflexões sobre a memória, sobre o significado de nossa existência, sobre a nossa identidade, sobre a nossa interioridade, sobre a nossa totalização existencial, sobre o sentido da vida...

Destarte, pode-se afirmar que a memória é vida vivida e sentida no interior de cada subjetividade humana, que a memória, para além de sua noção, para alguns, coletiva, é fundamental para a construção de cada experiência única no campo do indivíduo, e que, parafraseando Walter Benjamin, “o acontecido vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.



REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. Confissões. Lisboa: Imprensa nacional-casa da moeda, 2004.
- ARISTÓTELES. Metafísica. São Paulo: Edipro, 2006.
- ARISTÓTELES. Parva Naturalia. São Paulo: Edipro, 2012.
- BARROS, J. D. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_9_Jose_D_Assuncao_Barros.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas Vol. I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANDAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASTRO, Sueli de Oliveira. O conceito de memória em Tomás de Aquino a partir da obra ‘a memória e a reminiscência’ de Aristóteles. Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017, 39 f. Monografia (Curso de Filosofia) .
- DUSILEK, Adriana. A representação da metamemória no romance brasileiro: um olhar sobre Olho de rei, de Edgard Telles Ribeiro, e Leite derramado, de Chico Buarque. 2013. 202 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103633>>. Acesso em: 22 jun 2024.
- FAITANIN, Paulo Sérgio; VEIGA, Bernardo. “Introdução”, in: Tomás de Aquino, Comentário sobre “A memória e a reminiscência” de Aristóteles. São Paulo: Edipro, 2016.
- GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. São Paulo: Paulus, 2010.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. *Varia hist.* 23 (37) • Jun 2007, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/cXPxM5pdFbzfV6h987cLzMm/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun 2024.
- PLATÃO. Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas). São Paulo: Edipro, 2017.
- PLATÃO. Diálogos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- QUADROS, E; FONSECA-SILVA, M. C. Platão, Aristóteles e a questão da memória: uma leitura ricoeuriana. Plato, Aristotle and the question of memory: a Ricoeurian Reading. *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v.8, n.15, p. 63-86, Jul./Dez.2016 – ISSN- 2177-4129 DOI: 10.15210/rmr.v8i14.7485. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/8843>. Acesso em: 20 jun 2024.
- RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. Educ. Soc. 21 (71) • Jul 2000 • Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KVJmjgPbDQt56Jz3XXK9BRF/?lang=pt#> Acesso em: 20 jun 2024.

TOMÁS DE AQUINO. Comentário sobre A memória e a reminiscência de Aristóteles. São Paulo: Edipro, 2016.